



TRABALHO DOCENTE E O TRABALHO DE EDUCAR EM E COM MOVIMENTOS SOCIAIS

EDUCAÇÃO DO CAMPO: MULHERES DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Quilvilene Figueiredo da Cunha

UEA

cunhaquilvilene@gmail.com

Lucinete Gadelha da Costa

UEA

luinetegadelha@gmail.com

Resumo

O projeto intitulado Educação do Campo: Mulheres das Águas e das Florestas, visa buscar uma resposta para a seguinte indagação: Por que as mulheres são invisibilizadas na sua atuação dentro dos movimentos sociais de base? Este trabalho tem como objetivo contribuir no empoderamento das mulheres da floresta, na produção dos conhecimentos tradicionais e valorização por meio de currículo de formações. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo bibliográfico construindo um referencial teórico de autores que abordam questões sobre as lutas e resistências das mulheres por igualdade e justiça social. Para atingir o objetivo proposto, enveredou-se pela abordagem qualitativa num estudo de caráter bibliográfico construindo um referencial teórico que fundamentaram os processos da pesquisa de campo, fortalecendo os vínculos entre as pessoas e as organizações que desenvolvem trabalhos, estudos, pesquisas e mobilizações no território Médio Juruá nesta temática. O desenvolvimento e conclusão deste trabalho contribuiu para a formação de mulheres, incentivando-as fazer uma leitura crítica da sua realidade. Assim, intencionamos com as mulheres somar ainda mais no processo educativo de pesquisas e desenvolvimento da região, evidenciando a busca do reconhecimento da força das mulheres em seus trabalhos, sendo protagonistas na organização comunitária, resgate e valorização da cultura, saberes, preservação e conservação da fauna e flora e no processo educativo em geral. Destacamos a relevância do trabalho docente e do trabalho de educar em e com movimentos sociais, trazendo elementos importantes para uma formação emancipadora e condizente com a realidade



dos sujeitos, contribuindo para uma leitura crítica do processo de ensino aprendizagem no contexto Ribeirinho do Território Médio Juruá no município de Carauari Amazonas. As mulheres têm força para construir uma narrativa crítica, capaz de desmascarar as diferentes formas opressão. Os movimentos sociais e de mulheres precisam se fortalecer para não mais agir e sim reagir e criar alternativas para se libertar do sistema de subalternização. Um meio eficaz para promover algumas dessas mudanças necessárias é por meio da educação, mas não qualquer educação. Estamos falando de uma educação de qualidade social com os princípios da educação no campo. Que respeita toda diversidade e modos de vida. Trabalhar nas escolas a história de resistência, a valorização dos saberes tradicionais, a cultura e a realidade dos sujeitos para dar autonomia de transformar a sua realidade. Isso é transformador! No processo histórico organizacional no território do Médio Juruá, o trabalho das mulheres foram invisibilizadas na sua atuação nos movimentos sociais na justificativa de minimizar a atuação dos trabalhos nos “bastidores”, na organização dos eventos, apoio aos esposos assumindo o papel de cuidar de tudo (casa, filho e roça, durante o tempo que precisava se ausentar para participar de eventos, em uma época que as comunidades não tinham saneamento, comunicação e tampouco ajuda de socorro em caso de emergência). Esses e demais trabalhos são invisibilizados por serem classificados como “o papel da mulher/esposa”. Todo seu trabalho, esforço, dedicação e tempo, é visto apenas como “ajudante” onde trabalhar é fazer relação do trabalho-ajuda. Apesar de essas mulheres terem participação ativa dentro de todas as atividades de geração de renda como: pesca artesanal, manejo do pirarucu, agricultura familiar, coleta de sementes oleaginosas e outras práticas de extrativismo em suas comunidades, com exceção do manejo de pirarucu, boa parte da renda dessas atividades é predominantemente acessado pelos homens autodeclarados como o chefe da família. A mulher a partir do cotidiano de trabalho e seus significados, que subsidiam o entendimento sobre os aspectos em que o sujeito-mulher, é social e histórico, a sua importante participação nos bastidores (atuação invisibilizada) durante o processo organizacional deixa explícito duas questões: o machismo estrutural de que “é melhor o homem sair para participar de eventos/reuniões/oficinas de capacitação dos movimentos sociais, porque a mulher quem tem mais a função de educar e cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos” e o



segundo ponto: são os espaços de tomadas de decisão serem ocupados exclusivamente por homem que gerou um silenciamento feminino estruturalmente. Isso mostra como as mulheres têm seus lugares de fala ocupadas por homens. Reconhecer que as mulheres vivem posta à margem da sociedade no contexto da produção colonial em que o homem é o dominante, a mulher subalterna, não tem história e não pode falar, sendo colocada às sombras. Faz-se necessário o estes trabalhos de conscientização sobre um sistema de opressão e resistir para garantir o espaço fala, ter voz e serem reconhecidas é um passo significativo para desestruturar o patriarcado. Esta luta por igualdade e justiça poderia estar mais fortalecido se fosse pautada dentro das escolas o respeito a toda a diversidade, seja ela cultural, racial, de gênero. Esses temas trabalhados no currículo de formação fortalece os movimentos de lutas, dar autonomia, promove o empoderamento das mulheres da floresta na produção de conhecimentos referentes aos saberes tracionais, resgate cultural, valorização da participação coletiva, seja no âmbito social, político ou econômico. Uma educação de qualidade social com a identidade dos sujeitos, visando o reconhecimento da importância das mulheres numa concepção de que a luta por igualdade deve ser de todos e não apenas das mulheres. Mas, precisamos que as escolas e universidades se tornem espaços de equidade social como um dos principais meios de fortalecer essa luta.

Palavras-chave: Educação do Campo; Território Médio Juruá; mulheres da floresta.

Referências

AMARAL, Isabela Grossi; NAVES, Flávia. O Enfrentamento das opressões de gênero numa universidade pública: o papel dos coletivos estudantis na ótica do feminismo decolonial. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 7, n. 1, p. 877-910, 2020.

Educação do Campo: identidade e políticas públicas / Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, osfs e Roseli Salete Caldart (organizadores). Brasília, DF: **articulação nacional Por Uma Educação do Campo**, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. ° 4.

Mendes, Gabriella S. Fonseca, Alexandre B C. **A questão de Gênero numa Perspectiva Decolonial**, UFRJ, 2019.

Nina, Socorro de Fátima Moraes. **Trabalho, ambiente e saúde: cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia** / Socorro de Fátima Moraes Nina. – Manaus: UFAM,



2014.

O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Editora Record, 2018.